



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0009755-48.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Mário Wilson Mellado**
Requerido: **Globex Utilidades Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido geladeira da ré e que ainda no prazo de garantia ela apresentou vício que especificou.

Almeja à condenação da ré a providenciar o conserto do produto ou a substituí-lo por outro.

As preliminares suscitadas em contestação não merecem acolhimento.

A responsabilidade da ré pelos fatos trazidos à colação encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção (ressalvo que a espécie vertente concerne a vício do produto, pelo que não se aplicam as regras dos arts. 12 e 13 do mesmo diploma legal, voltadas a situações de defeito), pouco importando a identificação do fabricante.

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto “*exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante*” (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

De outra banda, a realização de perícia é prescindível para a solução da lide, consoante se demonstrará.

Rejeito as prejudiciais, pois.

No mérito, constou do relato de fl. 02 que ainda no prazo de garantia a geladeira adquirida pelo autor apresentou problemas nas portas superior e inferior porque estariam “soltando o inox”.

Sem embargo da certidão de fl. 57v. ter constatado que isso inoconria no produto, foi feita a ressalva de que efetivamente “*há uma escamação da película protetora do metal*”.

Aliam-se a esse dado as fotografias de fls. 59/64, as quais patenteiam vários aspectos negativos na mercadoria em apreço.

Todos eles são evidentes e incompatíveis com produto da natureza daquele aqui versado, especialmente por seu custo bastante elevado.

É relevante notar que a ré não impugnou esses elementos de convicção (cf. manifestação de fls. 67/68), pouco importando que a compra da geladeira tenha acontecido em 2010 porque a situação mostrada nas fotografias não deriva seguramente do seu desgaste natural.

Nem se diga, por fim, que teria havido a má utilização do bem por parte do autor, seja porque nada de concreto dá respaldo a essa ideia, seja porque os problemas apontados a fls. 59/64 não se coadunam com isso, decorrendo de vícios na fabricação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A pretensão deduzida nesse contexto prospera, com a ressalva de que pela extensão dos problemas a alternativa prevista no art. 18, § 1º, inc. I, do CDC (objeto do pedido de fl. 02) transparece mais adequada à satisfação do autor, não se afigurando o conserto do produto como meio apto à recomposição de sua condição original.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a substituir o produto tratado nos autos por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, no prazo de dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Efetuada a substituição do produto, a ré poderá reaver em dez dias aquele que se encontra com o autor, mas decorrido esse prazo in albis poderá o autor dar-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**